

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

MARCELO KNOBEL

Coordenadora Geral da Universidade

TERESA DIB ZAMBON ATVARIS



Conselho Editorial

Presidente

MÁRCIA ABREU

ANA CAROLINA DE MOURA DELFIM MACIEL – EUCLIDES DE MESQUITA NETO

MÁRCIO BARRETO – MARCOS STEFANI

MARIA INÊS PETRUCCI ROSA – OSVALDO NOVAIS DE OLIVEIRA JR.

RODRIGO LANNA FRANCO DA SILVEIRA – VERA NISAKA SOLFERINI

ORGANIZAÇÃO

João Quartim de Moraes

Daniel Aarão Reis

HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

VOLUME 1

O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES

EDITORIA UNICAMP

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

H629 *História do marxismo no Brasil, v. 1* / organizadores: João Quartim de Moraes, Daniel Aarão Reis – 2ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

Conteúdo: v. 1. O impacto das revoluções.

1. Comunismo – Brasil. 2. Partidos políticos – Brasil. I. Moraes, João Quartim de. II. Reis, Daniel Aarão. III. Título.

ISBN 978-85-268-0763-1

CDD 320.5320981
329.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Comunismo – Brasil	320.5320981
2. Partidos políticos – Brasil	329.981

Copyright © by Organizadores
Copyright © 2007 by Editora da Unicamp

2ª edição, 2003
3ª reimpressão, 2020

Opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas
neste livro são de responsabilidade dos autores e não
necessariamente refletem a visão da Editora da Unicamp.

Direitos reservados e protegidos pela lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados a

Editora da Unicamp
Rua Sérgio Buarque de Holanda, 421 – 3º andar
Campus Unicamp
CEP 13083-859 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718 / 7728
www.editoraunicamp.com.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO	
<i>Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes</i>	7
1 – A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL	
<i>Evaristo de Moraes Filho</i>	11
2 – O IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA E DA INTERNACIONAL COMUNISTA NO BRASIL	
<i>Marcos Del Roio</i>	51
3 – A INFLUÊNCIA DO LENINISMO DE STÁLIN NO COMUNISMO BRASILEIRO	
<i>João Quartim de Moraes</i>	109
4 – O MAOÍSMO E A TRAJETÓRIA DOS MARXISTAS BRASILEIROS	
<i>Daniel Aarão Reis</i>	161
5 – CRISE E PENSAMENTO MODERNO NO PCB DOS ANOS 50	
<i>Raimundo Santos</i>	199
6 – A INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO CUBANA SOBRE A ESQUERDA BRASILEIRA NOS ANOS 60	
<i>Carlos Alberto Barão</i>	229

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

O projeto da História do Marxismo no Brasil surgiu no âmbito do grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda, então vinculado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). A idéia inicial era elaborar uma história da esquerda brasileira, mas o grupo considerou mais fecundo, perante esse vastíssimo tema, concentrar-se numa linha de pesquisa histórico-conceitual de contornos mais nítidos: a recepção e apropriação teórica do marxismo no Brasil, sua influência na análise e interpretação da sociedade brasileira e a trajetória das organizações que nele se inspiraram. Para desenvolver o projeto assim definido e programar sua execução, organizou-se em junho de 1988, sob os auspícios do CNPq, um seminário especial que delineou o plano geral da obra, estruturando-a em torno de três eixos: 1) o influxo das teorias, doutrinas e revoluções internacionais; 2) a formulação do marxismo no Brasil: autores e correntes; 3) a história das organizações marxistas no Brasil: experiências e momentos relevantes.

A coordenação do projeto foi assumida por Daniel Aarão Reis e João Quartim de Moraes, que, em julho de 1991, chegaram a um acordo com a Editora Paz e Terra, em cujos termos ficou mantido o critério de vincular cada volume a um bloco temático, mas desdobrando-se o primeiro bloco em dois volumes, o pri-

meiro centrado no impacto das grandes revoluções do século XX e o outro, na recepção da teoria de Marx, Engels e seus principais continuadores. O terceiro volume desenvolveria o segundo eixo analítico (as interpretações marxistas elaboradas sobre o Brasil) e o quarto estudaria a influência do marxismo na luta das organizações e partidos revolucionários brasileiros.

Publicado ainda em 1991, o primeiro volume trazia estudos sobre a introdução do pensamento de Marx em nosso país (Evaristo de Moraes Filho) e sobre o impacto, na esquerda brasileira, da Revolução Russa (João Quartim de Moraes), da Internacional Comunista (Michel Zaidán), da Revolução Chinesa (Daniel Aarão Reis), do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (Raimundo Santos) e da Revolução Cubana (Emir Sader). Apesar de ter sido lançado no auge da ofensiva neoliberal, sofrendo nítido bloqueio mediático e não se beneficiando de publicidade alguma, o livro mereceu apreciação positiva. Suscitou debates e provocou polêmicas, que levaram ao rápido esgotamento da primeira edição.

Entretanto, por motivos nunca explicitados, mas provavelmente ligados ao então avassalador domínio do “pensamento único”, a Paz e Terra houve por bem não cumprir o restante do contrato. Também à mesma época, por motivos sem dúvida muito semelhantes e que tampouco foram esclarecidos, o grupo de trabalho Partidos e Movimentos de Esquerda foi excluído da ANPOCS. Seria, entretanto, logo em seguida, acolhido pela Associação Nacional de História (ANPUH).

Esses contratemplos só foram ultrapassados em 1994, quando João Quartim de Moraes logrou viabilizar a retomada do projeto, organizando o volume seguinte e estabelecendo um novo acordo editorial, dessa vez com a Editora da UNICAMP, que assumiu a publicação do conjunto da obra.

O intervalo entre a publicação do segundo e do terceiro volumes, condicionado pelas restrições orçamentárias impostas às univer-

sidades públicas e também pela contração do mercado editorial, trouxe pelo menos o benefício de deixar tempo para discutir sem pressa o prosseguimento do projeto. Se três volumes tinham sido necessários para concluir o primeiro eixo temático e iniciar o tratamento do segundo, ficava evidente que a obra completa não poderia caber em quatro volumes, conforme estipulado no projeto original. Uma remodelação impunha-se. Para tanto, ampliou-se a comissão editorial, rediscutiu-se o projeto em todos os aspectos e, em reunião ocorrida em dezembro de 1997, foi decidido que o quarto volume seria consagrado à complementação do segundo eixo temático (interpretações marxistas do Brasil) e dois outros mais ao terceiro e último eixo temático (a trajetória das organizações e partidos políticos inspirados no marxismo).

A obra se completou com a publicação, em 2007, do sexto e último volume. Não esperamos sua publicação para oferecer a segunda edição do primeiro, revista e ampliada, em 2003, e reimpressa agora em 2007. Mesmo porque ela estava prevista desde nosso acordo de 1994 com a Editora da UNICAMP, quando a primeira edição já se esgotara. Retomando os mesmos temas da edição original, ela se enriqueceu com dois capítulos, frutos de novas pesquisas, de autoria de Marcos Del Roio (Internacional Comunista) e de Carlos Alberto Barão (Revolução Cubana), que se acrescentam aos textos de Daniel Aarão Reis (Revolução Chinesa e maoísmo), Evaristo de Moraes Filho (proto-história do marxismo no Brasil), João Quartim de Moraes (Revolução Russa e bolchevismo) e Raimundo Santos (XX Congresso do PCUS).

Daniel Aarão Reis

João Quartim de Moraes

Agosto de 2002/ junho de 2007

A PROTO-HISTÓRIA DO MARXISMO NO BRASIL

Evaristo de Moraes Filho

1) Nascido em Trier, Alemanha, no ano de 1818, Karl Marx veio a falecer em Londres no ano de 1883. Durante toda a sua vida — e desde quase três séculos antes — o Brasil viveu o regime econômico da escravidão de índios e negros, principalmente destes, tidos como coisas, regidos como tais e assim considerados patrimônios ou propriedades dos seus senhores, que deles podiam dispor à vontade. Somente em 1888, cinco anos depois da morte de Marx, é que a escravidão foi abolida no Brasil: último país latino-americano a fazê-lo.

Com uma economia escravocrata, baseada no braço negro, constituída de grandes latifúndios de culturas extensivas, destinados seus produtos à exportação, “país essencialmente agrícola”, sem centros urbanos nem população ativa industrial, com altíssima taxa de analfabetismo, seriam difíceis, se não de todo impossíveis, o conhecimento e a disseminação das idéias de Marx neste país abaixo do equador.

Entre os próprios países europeus, não foi fácil a difusão das idéias de Marx. Tendo a Inglaterra tomado a dianteira na Revolução Industrial, com o atraso da Alemanha de quase meio século, entre as duas colocava-se a França, já com o processo industrial instalando-se no começo do século XIX e, talvez, com o movimento operário mais aguerrido e alimentado por idéias e ideais de refor-

mas sociais imediatas, ainda que utópicas. Mas a verdade é que se tomava conhecimento da grande diferenciação que se fazia entre os proprietários dos meios de produção, os capitalistas, e aqueles que dispunham unicamente de sua própria força de trabalho para sobreviver. Em todas as nações que se industrializavam, enquanto uma minoria se tornava cada vez mais rica e poderosa, a grande massa de trabalhadores vivia na mais negra miséria, com exploração do trabalho dos homens, das mulheres e das crianças, em jornadas que chegavam a mais de 16 horas em ambientes insalubres e perigosos, sob rígida disciplina do único legislador do trabalho, que era o próprio patrão.

Por associação de idéias, não vem fora de propósito um pequeno trecho de uma carta do jovem Augusto Comte, chegado havia pouco a Paris, a seu amigo Valat, datada de 12 de fevereiro de 1817. Contava Comte 19 anos de idade, e dá bem a idéia da sociedade do seu tempo:

A miséria pública é enorme em Paris; o pão muito caro, e receia-se mesmo que venha a faltar. Não se pode dar um passo na rua sem ter o coração partido pelo aflitivo quadro de mendicidade; a cada instante encontram-se operários sem pão e sem trabalho, e, com tudo isso, quanto luxo! quanto luxo! Ah, como é revoltante, quando a tantos indivíduos falta o necessário absoluto! A despeito da aflição geral, o carnaval é ainda bastante alegre, pelo menos, há muitos bailes, públicos e particulares. Ouvei mesmo dizer por pessoas bem sensatas que se dançou neste inverno como nunca. Quanto a mim, não posso imaginar como uma gavota ou um minueto façam esquecer que mais de trinta mil seres humanos não tenham o que comer. Não posso imaginar que se seja tão indiferente, a ponto de se divertir loucamente em meio a todos esses desastres. Os governos não se incomodam de maneira alguma com esta frivolidade, porque, segundo a observação judiciosa que ontem ouvi de uma senhora muito bonita, muito amável e que, no entanto, pensa, “quem dança não conspira”. Esta expressão, que é mais profunda do que parece, dá bem a chave das coisas.¹

Até parece este nosso Brasil, o país do carnaval!

2) Terminados os estudos universitários em sua terra natal, expulso como agitador e perigoso à ordem constituída, encontrava-se Marx em Paris nos primeiros anos da década de 40. Impressionara-se pelo seu movimento social e sobretudo pelos seus ideólogos em prol da mudança social. Desde então, com sua passagem pela Bélgica, até instalar-se em Londres, Marx nunca deixou de participar do movimento revolucionário e de pregar suas idéias. Tornou-se, sem favor, o seu chefe, o mais ouvido e respeitado.

Com razão pôde registrar Maximilien Rubel:

Não obstante a glória tumultuosa que cerca seu nome, Marx permanece por conseqüência um autor mal conhecido [escrito em 1954]. Desconhecido quando vivo, idolatrado depois de sua morte, não encontrou o intérprete crítico que houvesse feito justiça a seu gênio [...]. Por pouco que se examine em detalhe a história literária de Marx, descobre-se o seu fundo trágico: ele passou quarenta anos a serviço do movimento operário; não pôde consagrar senão quinze anos a uma atividade científica criadora.²

Apesar de 40 anos de atividade prática a serviço do movimento operário, Marx foi pouco conhecido na própria Europa; como exigir o seu conhecimento, o seu estudo ou a sua compreensão neste país escravocrata, colônia até 1822, sem urbanização nem industrialização, além de leis que o proibiam de criar fábricas e imprimir livros?

3) Só em 1932, com a publicação dos manuscritos da mocidade de Marx, é que se pôde fazer um estudo mais profundo e autêntico da sua genialidade crítica, do seu humanismo filosófico. Contudo, com a publicação do *Manifesto comunista*, de sua autoria, é que seu nome se difunde mais entre a massa trabalhadora da Europa e, pouco depois, dos Estados Unidos. Com a criação da I Internacional, em 1864, com a sua onímota atividade social em congressos operários, como o de Genebra, de 1866, foi que alcançou decididamente a liderança do movimento de libertação operária no mundo. Como lembra Lênin, a sua doutrina vinha de uma forma-

ção internacional: “Marx continuou e concluiu de modo genial as três principais correntes de idéias do século XIX, pertencentes às três nações mais avançadas da humanidade: a filosofia clássica alemã, a economia política clássica inglesa e o socialismo francês vinculado às doutrinas revolucionárias francesas em geral”.³ Veio do internacional para chegar ao internacional.

Apesar dos grandes movimentos revolucionários europeus no ano de 1848, que coincidem com a Revolução Praieira pernambucana, não foi o ideário de Marx que a inspirou doutrinariamente. A sua inspiração ainda era, quanto a esta parte, toda ou quase toda originária do socialismo utópico de Fourier, Saint-Simon, Proudhon, Leroux. Não que seja de desprezar a totalidade do que disseram e pregaram aqueles socialistas. Marx e Engels não deixaram de lhes prestar a merecida homenagem e de reconhecer o quanto lhes deviam. Fourier já denunciava a sociedade de classes e apontava a sua luta. Engels vai repetir a frase cunhada por Saint-Simon, ao se referir à sociedade futura, na qual “o governo pessoal dará lugar à administração das coisas e à direção da produção”.⁴

No âmbito deste estudo, não podemos abordar os pequenos ou grandes movimentos sociais do século XIX, ou mesmo anteriores, por mais significativos que sejam, nos quais não aparece a influência marxista propriamente dita. É o que acontece, por exemplo, com a Praieira, de 1848, movimento popular, de massa, de inequívoco espírito social. Com chefes ou sem eles, bem ou mal dirigida, a ação revolucionária não deixou de ser feita à espera de que a coordenasse ou ordenasse uma doutrina coerente. Da mesma forma, não nos poderemos deter na Praieira e suas fontes, nem nos demais movimentos de qualquer outra natureza que não marxista, como o da Colônia Cecília, anarquista, sob a chefia de Giovanni Rossi, na última década do século XIX, no estado do Paraná.⁵

Ao lado dos nomes dos grandes chefes políticos, dos homens de ação, convém somente ser rapidamente recordada a figura singular de Antônio Pedro de Figueiredo, o Cousin Fusco, o grande

divulgador e pregador das idéias generosas dos socialistas franceses anteriores a 1848. Analisava, por vezes com realismo, os fatos da sociedade brasileira e pregava a mudança, mas não há como negar, por mais que se esforcem alguns dos seus ardentes admiradores, que suas idéias sempre estiveram num plano utópico, romântico, de pronunciado sentido cristão. Não tinha ele uma doutrina orgânica, com princípio, meio e fim; aproveitava-se, indistintamente, de todos os ensinamentos, de todas as palavras — desde os primeiros santos da igreja e dos evangelhos — que o ajudassem a denunciar a injustiça social e a necessidade urgente de corrigi-la. Nas páginas de seu *O Progresso*, publicado de julho de 1846 a setembro de 1848, aparecem indiferentemente os nomes de são Clemente, santo Ambrósio, são Gregório, Lucas, Buchez, Leroux, Lamennais, Lamartine, Lacordaire, Pecqueur, Fourier, Saint-Simon e outros. Nem Chateaubriand falta. Diante do movimento europeu de 1848 enche-se de entusiasmo, reconhece que “era a luta entre o capital e o trabalho”, mas não deixa de lamentar: “Infelizmente apareceu a luta, e deu lugar a uma terrível batalha, que por espaço de quarenta dias inundou de sangue as ruas de Paris, teatro de uma peleja onde batalharam mais de 400.000 homens”. Reconhece que “o mundo não será para sempre o patrimônio de alguns privilegiados; ao passo que a imensa maioria se estorce sob as angústias da miséria. As máximas selvagens dos Malthus e J. B. Say já reinaram; é tempo de cederem o lugar a outras máximas mais justas e generosas”.

E neste final do seu artigo de 28 de agosto de 1848, dá bem o fecho e a medida justa da sua doutrinação:

Nem se deve deduzir do que fica exposto que os insurgentes de junho, e nós também, pretendamos revolver totalmente a sociedade para reorganizá-la; bem sabemos que estas revoluções radicais são obra do tempo e apenas meia dúzia de exaltados podem conceber a esperança de realizá-las imediatamente; mas o que pretendiam os revolucionários de junho, o que nós também pretendemos, é que o governo, como representante da sociedade inteira, intervenha nos fenômenos da produção, distribuição e

consumo, para regulá-los e substituir pouco a pouco uma ordem fraternal ao desgraçado estado de guerra que ora reina nestas importantes manifestações da atividade humana: os nossos votos hão de ser realizados.⁶

São inegáveis os méritos das idéias sociais de Antônio Pedro de Figueiredo, não superadas por nenhum outro brasileiro no século XIX, mas não chegou ao marxismo propriamente dito. Segundo a classificação de Marx, no *Manifesto*, enquadra-se ele na categoria dos “socialistas crítico-utópicos”. Não deixa de lhes fazer justiça, mas os reputa insuficientes:

“Todavia, essas obras socialistas e comunistas também contêm um elemento crítico. Atacam todos os princípios da sociedade vigente. Portanto, fornecem valioso material para o esclarecimento da classe operária. As medidas práticas que propõem — tais como a supressão da distinção entre a cidade e o campo, a abolição da família, das indústrias nas mãos de particulares, do sistema de salários, a proclamação da harmonia social, a transformação do Estado em mero administrador da produção — anunciam o desaparecimento dos antagonismos de classe que mal começam e que são encarados por tais obras de maneira indefinida e imprecisa. Por conseguinte, essas medidas possuem um caráter simplesmente utópico.”⁷

4) O discurso inaugural da primeira Associação Internacional dos Trabalhadores foi redigido por Marx, quando da inauguração em Londres a 28 de setembro de 1864. Benoit-Mâlon foi um dos seus três principais implantadores na França. Mas é com a Comuna de Paris, de 1871, que o nome de Marx se difunde por todo o mundo, não só pela extensão do movimento como igualmente por sua violência, com grande número de execuções por parte do governo. A verdade é que somente a partir de 1871 o nome de Marx começa a circular no Brasil, tal a repercussão que aqui tivera o movimento da Comuna. Pouco antes, terminara a guerra com o Paraguai, e o *Manifesto republicano* vinha de ser publicado, a 3 de dezembro de 1870, anunciando novos tempos em termos

veementes. Afinal, o Brasil tomava consciência de que fazia parte do mundo e dos seus problemas.

Curioso é que vai caber a João Alfredo referir-se, pela primeira vez no Brasil, à doutrina de Marx, sem lhe citar o nome. Isso na sessão da Câmara de 8 de julho de 1871. Mas, já anteriormente, o debate ia aceso em torno da derrota da Comuna, começando na sessão de 20 de junho pelo pedido de consignação em ata pela vitória da “causa da civilização na França” pelo deputado Pereira da Silva, que chamava também o comunismo de “cancro do mundo moderno”. A 30 de junho, o Senado, em moção, associa-se à manifestação da Câmara. Havia mesmo por parte do governo o propósito de extraditar para a França os *communards* que, por acaso, viessem aqui aportar.⁸

Mas voltemos a João Alfredo, ministro do Império. Tudo decorreu de haver o então diretor do Instituto dos Meninos Cegos apresentado relatório, a 22 de março de 1871, sobre a sua administração e as necessidades do instituto, no qual não deixava de registrar suas convicções positivistas. Benevenuto Augusto de Magalhães Taques, deputado pela Bahia, recriminava o ministro por haver levado à Câmara o relatório, sem atentar para suas doutrinas dissolventes. Confunde positivismo com comunismo, fazendo-os ambos adversários do cristianismo e da crença em Deus. Bastam bem dois trechos significativos:

Foram os socialistas, os comunistas e outros que perverteram em França as idéias do povo, ensinaram que todos os impulsos da natureza são bons, que o prazer é a nossa primeira lei. Nascidas do materialismo, essas doutrinas destruíram a base moral, elevaram as paixões vulgares, e de mãos dadas com o cosmopolitismo e espírito de independência que se têm desenvolvido, produziram o governo comunal de Paris, em que se viram todas as atrocidades, entregue como foi a um bando de homens que, perdidos em seu delírio, desconhecera a Deus, a pátria, a família e a propriedade. Dentre estas escolas há uma conhecida com o título de positiva, cujo oráculo e chefe foi um homem de talento superior, Augusto

Comte, muito apreciado pelos cultores das ciências matemáticas, às quais é dedicado o diretor do Instituto dos Meninos Cegos [...]. Eu não desejo que semelhantes doutrinas corram entre nós, sejam favorecidas pelo governo. Os resultados das doutrinas subversivas da moral são infalíveis, elas produziram os delírios da Comuna, a qual tudo o que disse e decretou achou ensinado nos livros, até aquela declaração de que os macacos eram os nossos irrecusáveis antepassados.

Na sessão de 11 seguinte, responde-lhe João Alfredo, como ministro do Império, e, defendendo Benjamin Constant, distingue o positivismo do marxismo, sem se referir a esta expressão nem a seu criador, mas com inequívoca segurança e conhecimento de causa do que dizia, qualquer que tenha sido o seu julgamento político e social:

Há, finalmente, no discurso do nobre deputado uma injustiça e é quando ele chama minha atenção para o diretor do Instituto dos Meninos Cegos, que, disse S. Exa., se achava imbuído das idéias perigosas da escola filosófica positiva, e que por isso podia perverter os meninos confiados ao seu cuidado. Sr. Presidente, se o nobre deputado lesse com mais atenção o relatório do digno diretor do Instituto dos Meninos Cegos, veria que esse funcionário, longe de ser aderente à nova filosofia do materialismo alemão, a essa escola perigosa, de que o nobre deputado supõe sectária da comuna de Paris, tratando de ciências positivas, aproveitou a ocasião para dar-lhes mais importância do que às outras. Se ele tivesse desenvolvido as idéias que o nobre deputado lhe atribuiu, certamente nenhuma dúvida eu teria de observar-lhe o erro de suas crenças. Mas incidentemente tratou da filosofia positiva, que não é propriamente a escola a que se referiu o nobre deputado, e assim creio que não aproveitou uma peça oficial para nela exhibir idéias perigosas.⁹

5) Em verdade, no entanto, segundo Raimundo Magalhães Júnior, vai caber a Joaquim Serra — o iniciador do movimento abolicionista no Parlamento, em 1879 — a primazia de haver se referido nominalmente, em letra de forma, ao autor do *Manifesto*

comunista. Assim é que, ainda em 1871, em nota publicada em *A Reforma*, órgão oficial do Partido Liberal, lê-se o seguinte:

O Sr. Karl Marx, chefe da Internacional, cuja sede é em Londres, acaba de escrever ao *Times*, declarando que a asserção apresentada ao *Daily News* de que a Associação recomendou aos rústicos franceses que incendiassem os palácios é de todo o ponto falsa, afirmando, outrossim, que todas as proclamações contendo infames sugestões, publicadas em Paris em nome da Internacional, depois de 18 de março, são apócrifas.¹⁰

Sabe-se que Marx manifestara-se, na Internacional, contra a aventura da Comuna, insuflada, ao contrário, por Bakunin, anarquista, seu ferrenho adversário. Para Mikhail Bakunin, Marx era pouco revolucionário, pois para ele “Um revolucionário [...] não conhece mais do que uma só ciência: a destruição”.¹¹

Sem estarmos aqui a pretender inscrever recordes no *Guinness*, parece não existir qualquer dúvida razoável de que coube a *A Reforma* a primazia de imprimir em letra de forma o nome de Karl Marx no Brasil...

O *Echo Americano*, de 29 de fevereiro de 1872, segundo pesquisa de Astrojildo Pereira, sob a direção de Luís Bivar e Melo Moraes Filho, publica no número 20, volume I, em Londres, uma bela litografia de Karl Marx, inspirada em foto tirada por Wunder em Hanôver e muito divulgada na época. A notícia preenche duas páginas da revista, sob o título “O Dr. Carlos Marx”, expondo-lhe minuciosamente a biografia e a doutrina com grande simpatia, sem os costumeiros ataques alarmistas e falsos. Quase ao final, diz a nota:

Tal é esse homem, que muita gente considera ser um ente intratável e um revolucionário empedernido; mas que não é senão um filósofo e um pensador, temível, é certo, pelas suas faculdades organizadoras e admiravelmente sintéticas, pela sua larga experiência das revoluções, sua vasta ciência, sua tenacidade característica, pela afabilidade de suas maneiras,

pelo conhecimento de todos os idiomas europeus, e uma infatigável aptidão para os trabalhos mais áridos.¹²

No mesmo ano de 1872, como registra Paulo Cavalcanti, o jornal republicano do Recife, *Seis de Março*, durante vários dias transcreve de comentaristas espanhóis a exposição das idéias do autor alemão, sob o título “As doutrinas do Dr. Carlos Marx”. Paulo Cavalcanti registra, em nota, ser esta a primeira vez em que o nome do autor de *O capital* aparece no Brasil em letra de forma.¹³ Tal privilégio, como vimos, sem que se trate de nenhuma competição, pertence à *Reforma*, do Partido Liberal.

6) Tão impressionante foi a repercussão da Comuna no Brasil que, sem o menor significado político ou social, até os estudantes universitários brincavam com este vocábulo para assustar a burguesia nacional, num jogo de absoluta e total gratuidade. Enganam-se, a nosso ver, os que pretendem tirar qualquer conseqüência política do fato. Em livro de 1901, de Lúcio de Mendonça, 30 anos mais tarde, verifica-se que a *Comuna* nada mais era do que uma república de estudantes. Chamavam-se *comunistas* os manequins plantados na sacada do prédio estudantil. Brincavam os adeptos da Comuna com o furto de tabuletas e emblemas das casas comerciais. A polícia de São Paulo andava à cata de tais brincalhões, apesar de lhes dedicar “um terror supersticioso”. Trata-se, pelo visto, de brincadeira estudantil, sem nenhuma conotação marxista.¹⁴

Em livro também de recordações, de 1905, transcreve ainda Lúcio de Mendonça um artigo seu de março de 1879, no qual aparece, meramente de passagem, entre vírgulas, o nome de Karl Marx no meio dos maiores políticos do tempo, ao lado de Gambetta, V. Hugo, Raspail, Castelar, Mazzini e Garibaldi. Tirante o espetacular que se possa apontar nos companheiros de Marx, nada mais encontramos que os possa aproximar. Castelar, orador barroco espanhol, esteve muito em voga entre nós, nada mais. Mas, à página 189, discorda Lúcio, com veemência, da frase de Bocaiúva quando,